



POLÍTICA DE PRIVACIDADE

R4B CAPITAL LDA.

Abril 2026

ÍNDICE

1. Enquadramento	3
2. Responsável pelo Tratamento	3
3. Princípios Aplicáveis ao Tratamento de Dados	4
4. Categorias de Dados Pessoais Tratados.....	5
5. Fundamentos de Licitude e Finalidades do Tratamento	5
5.1. Aquisição, Análise e Gestão de Créditos.....	6
5.2. Recuperação Extrajudicial e Judicial de Créditos.....	6
5.3. Cumprimento de Obrigações Legais, Regulatórias e Fiscais	6
5.4. Comunicação à Central de Responsabilidade de Créditos.....	6
5.5. Gestão de Reclamações e Pedidos de Informação	7
5.6. Segurança, Auditoria, Controlo Interno e Compliance	7
5.7. Gestão Administrativa, Contratual e Operacional	7
6. Decisões Automatizadas e Definição de Perfis	7
7. Acesso aos Dados Pessoais	8
8. Localização dos Dados Pessoais e Transferência para Países Terceiros.....	8
9. Prazo de Conservação.....	8
10. Direitos dos Titulares dos Dados.....	9
i. Direito de Acesso	9
ii. Direito de Retificação	9
iii. Direito ao Apagamento	9
iv. Direito à Limitação de Tratamento	9
v. Direito de Oposição.....	9
vi. Direito à Portabilidade	10
vii. Direito de Retirar o Consentimento	10
viii. Direito Relativo a Decisões Automatizadas	10
11. Forma de Exercício de Direitos	10
i. Contactos para o Exercício de Direitos	10
ii. Contactos para Reclamação.....	11
12. Segurança dos Dados Pessoais	11
13. Alterações à Política de Privacidade	12

1. ENQUADRAMENTO

A presente Política de Privacidade regula o tratamento de dados pessoais realizado pela R4B CAPITAL, LDA. (doravante “**R4B**”), no âmbito da sua atividade, incluindo a aquisição, análise, gestão, recuperação e acompanhamento de créditos, bem como a relação com clientes, devedores, representantes, fornecedores, prestadores de serviços, parceiros e demais titulares de dados que se relacionem com a **R4B**.

A **R4B** trata dados pessoais em conformidade com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (doravante “**RGPD**”), Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, com a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, e com a demais legislação aplicável em matéria de proteção de dados, incluindo, sempre que aplicável, o regime jurídico da cessão e gestão de créditos bancários (doravante “**RCGCB**”) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 103/2025, de 11 de setembro.

A **R4B** é uma sociedade que atua no mercado da aquisição, análise, gestão e recuperação de créditos, incluindo créditos não produtivos, privilegiando soluções de recuperação e reestruturação extrajudicial, sem prejuízo do recurso aos meios judiciais legalmente disponíveis quando necessário. No exercício da sua atividade, a **R4B** poderá tratar dados pessoais de devedores, garantes, sucessores, clientes, representantes, fornecedores, prestadores de serviços, trabalhadores, colaboradores e outros titulares de dados relacionados com a sua atividade. Nesta medida, compromete-se a aplicar as medidas de segurança, técnicas e organizativas, adequadas a garantir que o tratamento dos dados pessoais é lícito, leal, transparente e limitado às finalidades autorizadas, assegurando um nível de segurança adequado ao risco.

2. RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO

No âmbito da sua atividade de aquisição, gestão e recuperação de créditos, a **R4B** poderá atuar, consoante o caso concreto, na qualidade de Responsável pelo Tratamento ou de Subcontratante, nos termos e para os efeitos previstos no RGPD.

Nos casos em que a **R4B** adquire créditos ou carteiras de créditos, assumindo a posição de credora ou cessionária, determina as finalidades e os meios essenciais do tratamento dos dados pessoais necessários à análise, gestão, cobrança, recuperação extrajudicial e, quando aplicável, recuperação judicial desses créditos.

Nesses casos, a entidade responsável pelo tratamento dos dados pessoais é a própria, portanto:

R4B CAPITAL, LDA.

NIPC: 515.060.020

V1.05042026

Sede: Avenida Fontes Pereira de Melo, n.º 35, 17.º A e B, 1050-118 Lisboa

E-mail geral: info@r4bcapital.com

Telefone: +351 962 066 068

Quando a **R4B** seja contratada por terceiros para prestar serviços de gestão, acompanhamento ou recuperação de créditos pertencentes a esses terceiros, atua na qualidade de subcontratante, tratando os dados pessoais em nome e por conta do respetivo cliente, credor ou cessionário, e de acordo com as finalidades, instruções documentadas e meios definidos por aquele, que assumirá, nesse contexto, a qualidade de Responsável pelo Tratamento. Nessas situações, a **R4B** limita-se a realizar as operações de tratamento necessárias à prestação dos serviços contratados, incluindo, quando aplicável, a análise da informação contratual e financeira, o contacto com devedores ou garantes, a negociação de soluções de regularização, o acompanhamento de planos de pagamento, a articulação com mandatários judiciais, solicitadores, agentes de execução, administradores de insolvência, tribunais ou outras entidades competentes, bem como a prática dos demais atos necessários à gestão extrajudicial ou judicial dos créditos.

Em qualquer dos casos, a **R4B** assegura que o tratamento de dados pessoais é efetuado de forma lícita, leal, transparente, proporcional e limitada às finalidades determinadas, específicas e legítimas que justificam o respetivo tratamento, adotando medidas técnicas e organizativas adequadas à proteção dos dados pessoais tratados.

3. PRINCIPIOS APLICÁVEIS AO TRATAMENTO DE DADOS

O tratamento de dados pessoais pela **R4B** é efetuado de uma forma lícita e equitativa, com respeito pelos princípios da lealdade e da transparência, garantindo que, todas as informações prestadas e/ou comunicações relacionadas com o tratamento desses dados pessoais sejam de fácil acesso e compreensão, bem como formuladas numa linguagem clara e simples. Estes princípios, norteiam as informações fornecidas aos titulares dos dados sobre a identidade do responsável pelo tratamento dos mesmos, dos fins a que o tratamento se destina, bem como dos meios de que dispõem para exercer os seus direitos face a esse tratamento, oferecendo garantias suficientes e adequadas em matéria de segurança e confidencialidade.

Nestes termos, os dados pessoais são tratados de acordo com os princípios da:

- i. Licitude, lealdade e transparência;
- ii. Limitação das finalidades;
- iii. Minimização dos dados;
- iv. Exatidão e atualização dos dados;

- v. Limitação da conservação;
- vi. Integridade e confidencialidade;
- vii. Responsabilidade e demonstração de conformidade.

4. CATEGORIAS DE DADOS PESSOAIS TRATADOS

No decorrer da atividade prosseguida, são tratadas as seguintes categorias de dados pessoais:

- i) Dados de identificação e biográficos
 - a. Nome completo, data de nascimento, nacionalidade, naturalidade, sexo, estado civil, número de documento de identificação ou passaporte, número de identificação fiscal,
- ii) Dados de Contacto
 - a. Morada, contacto telefónico, endereço eletrónico e histórico de contactos
- iii) Dados Contratuais, Bancários e Financeiros
 - a. Informação relativa a contratos de crédito, montantes em dívida, datas de incumprimento, garantias, planos de pagamento, responsabilidades financeiras, elementos patrimoniais, dados da Central de Responsabilidades de Crédito, comprovativos de pagamento e demais informação necessária à análise, gestão e recuperação de créditos
- iv) Dados Judiciais
 - a. Informação constante de petições, requerimentos, processos executivos ou declarativos, bem como despachos e decisões judiciais.
 - b. Abrangem ainda os dados e documentos partilhados por advogados, solicitadores, agentes de execução, entidades administrativas ou pelos Tribunais, no contexto do exercício de direitos ou cumprimento de deveres legais no âmbito de processos judiciais ou equiparados.

5. FUNDAMENTOS DE LICITUDE E FINALIDADES DO TRATAMENTO

O direito ao tratamento justo, equitativo e transparente dos seus dados pessoais, obriga a que os dados sejam recolhidos, única e exclusivamente, tendo em vista as finalidades determinadas, específicas e legítimas decorrentes da atividade desenvolvida pela **R4B**, não podendo ser tratados de uma forma incompatível com essas finalidades.

A licitude do tratamento, pela **R4B**, decorre da lei, *cf.* art.º 6, do RGPD, e insere-se no âmbito da atividade que desenvolve enquanto gestora de créditos em incumprimento (*NPL*).

Igualmente, os dados poderão ser tratados com base em consentimento prévio e expresso do titular dos dados pessoais, através de uma ação inequívoca, informada, livre e para fins específicos. Nestes casos em que o tratamento resulta de consentimento expresso do seu titular, goza aquele, do direito de recusar a prestação de consentimento e/ou de o retirar, em qualquer momento.

Em virtude do exposto, resulta que os dados pessoais poderão ser tratados para as seguintes finalidades:

5.1. Aquisição, análise e gestão de créditos

Inclui a análise de carteiras, identificação de créditos, avaliação de risco, gestão contratual, contacto com devedores, garantes ou representantes, negociação de soluções de regularização, acompanhamento de planos de pagamento e demais atos necessários à gestão dos créditos.

Fundamento: execução de contrato, interesse legítimo, cumprimento de obrigações legais e exercício de direitos.

5.2. Recuperação extrajudicial e judicial de créditos

Inclui interpelações, negociações, instrução de processos, articulação com mandatários, agentes de execução, administradores de insolvência, tribunais e demais entidades competentes.

Fundamento: interesse legítimo, cumprimento de obrigações legais e exercício ou defesa de direitos em processo judicial.

5.3. Cumprimento de obrigações legais, regulatórias e fiscais

Inclui obrigações contabilísticas, fiscais, regulatórias, prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, conservação documental, prestação de informação a autoridades públicas, supervisores e demais entidades legalmente competentes.

Fundamento: cumprimento de obrigações legais.

5.4. Comunicação à Central de Responsabilidades de Créditos

Quando aplicável, a **R4B** poderá tratar e comunicar dados pessoais necessários ao cumprimento das obrigações legais relativas à Central de Responsabilidades de Crédito, nos termos legalmente aplicáveis.

Fundamento: cumprimento de obrigação legal.

5.5. Gestão de reclamações e pedidos de informação

Inclui a receção, análise, resposta e arquivo de reclamações, pedidos de informação, pedidos de exercício de direitos e comunicações remetidas pelos titulares dos dados.

Fundamento: cumprimento de obrigação legal, interesse legítimo e exercício de direitos.

5.6. Segurança, auditoria, controlo interno e compliance

Inclui a monitorização da conformidade legal e regulamentar, prevenção de incidentes, gestão de acessos, auditorias internas, avaliação de riscos, conservação de registos e implementação de medidas de segurança.

Fundamento: cumprimento de obrigação legal e interesse legítimo.

5.7. Gestão administrativa, contratual e operacional

Inclui relação com clientes, fornecedores, prestadores de serviços, parceiros, mandatários, colaboradores e demais entidades com quem a **R4B** se relacione no exercício da sua atividade.

Fundamento: execução de contrato, diligências pré-contratuais, cumprimento de obrigações legais e interesse legítimo.

6. DECISÕES AUTOMATIZADAS E DEFINIÇÃO DE PERFIS

A **R4B** poderá utilizar ferramentas de apoio à análise, segmentação ou priorização de carteiras de crédito, designadamente com base em critérios como montante em dívida, antiguidade do incumprimento, existência de garantias, fase processual, histórico de contacto ou probabilidade de recuperação. Estes tratamentos têm uma natureza meramente instrumental e destinam-se a apoiar a organização interna e a definição de estratégias de gestão de crédito, não produzindo efeitos jurídicos inovadores ou afetando significativamente os titulares dos dados.

A **R4B** assume, contudo, a garantia de que não são tomadas quaisquer decisões exclusivamente com base no tratamento automatizado de dados e que produzam efeitos jurídicos na esfera dos titulares dos dados ou que os afetem significativamente, nos termos do art.º 22 do RGPD, sem que estejam asseguradas as garantias legalmente exigidas. Neste sentido, o titular dos dados tem direito de solicitar intervenção humana, solicitar informações adicionais sobre a lógica inerente ao tratamento e contestar a decisão que venha a ser tomada, nos termos do n.º 2, do supracitado artigo.

7. ACESSO AOS DADOS PESSOAIS

O acesso aos dados pessoais é limitado aos colaboradores, respetivos departamentos, órgãos de administração ou, quando aplicável, aos prestadores de serviços da **R4B**, que deles necessitem para o desempenho das suas funções, de acordo com o princípio da necessidade de acesso à informação. Todos, sem exceção, encontram-se sujeitos a deveres de confidencialidade e sigilo.

A **R4B**, se aplicável, poderá comunicar dados pessoais, sempre que tal seja necessário para a prestação dos serviços de gestão dos créditos, para cumprimento de obrigações legais ou para o exercício ou defesa de direitos, às seguintes categorias de destinatários:

- i. Mandatários judiciais, solicitadores, agentes de execução e administradores de insolvência, Tribunais e entidades judiciais;
- ii. Banco de Portugal e demais autoridades de supervisão ou regulação;
- iii. Autoridade Tributária, entidades públicas e autoridades legalmente competentes;
- iv. Entidades cedentes, credores ou adquirentes de créditos, quando aplicável;
- v. Prestadores de serviços tecnológicos, contabilísticos, jurídicos, financeiros, administrativos ou de arquivo, quando aplicável;
- vi. Entidades intervenientes em processos de auditoria, controlo interno, compliance ou segurança.

8. LOCALIZAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS E TRANSFERÊNCIA PARA PAÍSES TERCEIROS

A **R4B** é uma empresa portuguesa a operar exclusivamente em Portugal. A informação recolhida não será transferida para países fora da União Europeia (UE). Os dados pessoais são guardados pela **R4B** nos servidores contratados na Cloud Azure, da Microsoft, localizados na União Europeia.

Para mais informações sobre onde e durante quanto tempo os dados são guardados, sobre os direitos de acesso, retificação e/ou apagamento dos mesmos, deverão entrar em contacto com o Encarregado de Proteção de Dados (EPD), mediante as formas de contacto disponíveis infra.

9. PRAZO DE CONSERVAÇÃO

A **R4B** é responsável pelo cumprimento dos deveres de informação, acesso, retificação, oposição e eliminação de dados, obrigando-se à sua conservação apenas durante o período necessário para as finalidades do seu tratamento ou o interesse legítimo que fundamentou a sua recolha, nomeadamente até à cessação do contrato celebrado ou o fim do prazo de prescrição das obrigações dele decorrentes.

No âmbito da atividade regulada pelo RCGCB, a **R4B** observará os prazos de conservação legalmente aplicáveis, incluindo os prazos previstos no Decreto-Lei n.º 103/2025, de 11 de setembro, quando aplicáveis. Igualmente, para efeitos de declaração, exercício ou defesa de direitos em processos judiciais, resulta da Lei, um prazo máximo de conservação de 7 (sete) anos, relacionado com a prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, resposta a pedidos de informação de autoridades públicas e eventuais auditorias.

Sendo o tratamento for baseado no consentimento do titular dos dados, conservar-se-ão os dados até que seja retirado o seu consentimento, ou, no caso de a finalidade do tratamento deixar de existir.

A **R4B** poderá ainda conservar os dados pessoais para efeitos contabilísticos e para o cumprimento de obrigações fiscais relacionadas, de acordo com um prazo máximo de 10 (dez) anos.

Findo o prazo de conservação aplicável, os dados pessoais serão eliminados, anonimizados ou arquivados de forma segura, nos termos legalmente admissíveis.

10. DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS

Nos termos da legislação aplicável, os titulares dos dados podem exercer os seguintes direitos:

i. Direito de Acesso

Obter confirmação sobre se os seus dados pessoais são ou não tratados pela **R4B** e aceder às informações legalmente previstas.

ii. Direito de Retificação

Solicitar a correção de dados pessoais inexatos, incompletos ou desatualizados.

iii. Direito ao Apagamento

Solicitar o apagamento dos dados pessoais, quando não exista fundamento legal que justifique a sua conservação.

iv. Direito à Limitação de Tratamento

Solicitar a limitação do tratamento dos dados pessoais nos casos legalmente previstos.

v. Direito de Oposição

Opor-se ao tratamento dos dados pessoais quando este se funde em interesse legítimo, salvo quando existam razões legítimas imperiosas que prevaleçam ou quando o tratamento seja necessário para efeitos de declaração, exercício ou defesa de direitos.

vi. Direito à Portabilidade

Solicitar a transmissão dos dados pessoais que tenha fornecido à **R4B**, em formato estruturado, de uso corrente e leitura automática, quando legalmente aplicável.

vii. Direito de Retirar o Consentimento

Quando o tratamento se baseie em consentimento, o titular pode retirá-lo a qualquer momento, sem que isso comprometa a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento anteriormente prestado.

viii. Direito Relativo a Decisões Automatizadas

O titular tem o direito de não ficar sujeito a decisões exclusivamente automatizadas que produzam efeitos jurídicos ou que o afetem significativamente, nos termos do artigo 22.º do RGPD.

11. FORMA DE EXERCÍCIO DE DIREITOS

A **R4B** assegura a existência e disponibilidade de meios que permitam ao titular exercer os direitos em relação ao tratamento dos seus dados pessoais, ao abrigo da legislação aplicável.

Neste sentido, os titulares dos dados podem exercer os seus direitos através dos seguintes meios:

- i. Para questões relacionadas com proteção de dados pessoais, nomeadamente para o exercício dos seus direitos, os titulares poderão contactar a **R4B**:
 - a. Mediante correio eletrónico para: rgpd@r4bcapital.com
 - b. Mediante carta postal, para:
R4B CAPITAL LDA
A/c Departamento de Compliance
Avenida Fontes Pereira n.º 35, 17º A e B
1050-118 Lisboa

A **R4B** poderá solicitar elementos adicionais necessários à confirmação da identidade do titular dos dados, quando tal se revele necessário para proteger a confidencialidade e segurança da informação, respondendo aos pedidos dos titulares sem demora injustificada e no prazo legal de 1 (um) mês a

contar da receção do pedido, podendo esse prazo ser prorrogado até 2 (dois) meses em casos de especial complexidade ou elevado número de pedidos, mediante comunicação ao seu titular.

- ii. Para questões relacionadas com proteção de dados pessoais, nomeadamente para reclamações, quando considerem que os seus direitos não tenham sido devidamente atendidos, os titulares poderão contactar a **R4B**:

- a. Mediante correio eletrónico para epd.reclamacoes@r4bcapital.com

- b. Mediante carta postal, para:

R4B CAPITAL LDA

A/c Encarregado da Proteção de Dados

Avenida Fontes Pereira n.º 35, 17º A e B

1050-118 Lisboa

O titular pode ainda apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD), enquanto autoridade de controlo competente, ou junto de outra autoridade competente, nos termos legalmente aplicáveis.

Quando a reclamação esteja relacionada com matérias abrangidas pelo regime da cessão e gestão de créditos bancários, o titular poderá ainda recorrer aos meios de reclamação previstos na legislação aplicável, incluindo, quando admissível, reclamação junto do Banco de Portugal, enquanto autoridade supervisora.

- i. Comissão Nacional de Proteção de Dados

- a. Através do seu site institucional em www.cnpd.pt

- b. Mediante carta postal, para:

Av. D. Carlos I, n.º 134, 1º andar

1200-651 Lisboa

12. SEGURANÇA DOS DADOS PESSOAIS

A **R4B** adota as medidas técnicas e organizativas adequadas à proteção dos dados pessoais contra a sua destruição, perda, alteração, divulgação ou o acesso não autorizado, acidental ou ilícito. Essas medidas incluem, nos termos da legislação em vigor, entre outras, mecanismos de controlo de acessos, deveres de confidencialidade, procedimentos internos de segurança, registo de atividades de tratamento, avaliação de riscos, monitorizadas pelo Encarregado de Proteção de Dados, em atuação articulada com o Departamento de Compliance.

As medidas adotadas têm em conta a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento de dados, bem como os riscos que possam implicar para os direitos e liberdades das pessoas

singulares, sendo a **R4B** responsável por qualquer tratamento de dados pessoais realizado por si ou por sua conta.

Em caso de violação de dados pessoais, a **R4B** adotará os procedimentos legalmente exigidos, incluindo, quando aplicável, a notificação à CNPD no prazo legal e a comunicação ao titular dos dados quando a violação seja suscetível de implicar elevado risco para os seus direitos e liberdades.

13. ALTERAÇÕES À POLÍTICA DE PRIVACIDADE

A **R4B** poderá alterar a presente Política de Privacidade sempre que tal se revele necessário, designadamente em virtude de alterações legais, regulamentares, operacionais ou organizativas.

A versão em vigor estará permanentemente disponível no site institucional da **R4B**.

Termo de Aprovação

Data	Versão	Elaboração/ Revisão	Aprovação	Descrição da Alteração
05/04/2026	V1.050426	Encarregado Proteção de Dados	Gerência	Elaboração do documento

A presente Política de Privacidade foi elaborada pelo Encarregado de Proteção de Dados da **R4B Capital, Lda.** e aprovado pela Gerência em 05/04/2026, entrando em vigor nessa mesma data.

Criado	Encarregado da Proteção de Dados		
Aprovação	Gerência		
Enquadramento Legal	Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais (RGPD); Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do RGPD		
Aplicável a	Dados pessoais recolhidos e tratados pela R4B enquanto gestora de créditos		
Nível Divulgação	Confidencial	Restrita	Pública X
Meio Divulgação	Site Institucional X		